



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000168-31.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **TERESINHA NEUSA GABRIEL**
 Requerido: **FG - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VIDROS DE SEGURANÇA LTDA - ME**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que um caminhão da ré bateu contra automóvel de sua propriedade, recebendo o valor pelos danos daí advindos.

Alegou ainda que seu veículo permaneceu em reparo durante um mês e que nesse espaço de tempo não pode em função disso exercer sua atividade laborativa, de sorte que almeja ao recebimento da quantia pertinente a essa perda.

A pretensão deduzida não pode prosperar.

Com efeito, não há nos autos um único indício concreto que respalde a explicação da autora.

Os documentos que instruíram o relato exordial não se prestam a tanto, nada havendo a levar à ideia de que a autora exercesse durante mais de dois anos alguma atividade laborativa que lhe rendesse a quantia mensal de R\$ 6.000,00.

Esta não foi minimamente detalhada, desconhecendo-se por completo em que efetivamente consistiria.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Já a fl. 36 a autora, trazendo fatos novos, fez referência à perda de mercadorias que estaria então transportando, mas de igual modo inexistente nos autos prova a esse respeito, seja quanto ao fato em si (nem mesmo as mercadorias foram declinadas em sua espécie, quantidade e origem), seja quanto à extensão do possível prejuízo (sequer foi referido o valor das mercadorias).

Não obstante se reconheçam os princípios norteadores do Juizado Especial Cível e se considere que a autora está nos autos desacompanhada de Advogado, a situação posta está despida de suporte mínimo que permitisse levar ao acolhimento do pleito por absoluta falta de precisão e de comprovação a seu propósito.

Ressalvo, por oportuno, que isolada prova testemunhal seria inapta a suplantiar o quadro delineado, de sorte que a decretação da improcedência da ação é medida que se impõe desde já.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 26 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**